

# EUA fora da reforma financeira

por Paulo Sotero  
de Washington

Se a emenda do deputado democrata Dante Fascell à legislação que autoriza a participação dos Estados Unidos no aumento de capital do Banco Mundial (BIRD) for aprovada, Washington ficará na embaraçosa posição, no primeiro semestre do ano que vem, de não poder apoiar, no BIRD, uma entre duas das mudanças que mais gostaria de ver realizadas no Brasil: a reforma do setor financeiro ou a reforma da política de comércio exterior do país.

A emenda de Fascell, que representa Miami na Câmara dos Representantes, foi aprovada pela subcomissão de Finanças na semana passada. Ela estipula que o diretor executivo dos EUA no BIRD terá de se opor à concessão de empréstimos setoriais sempre que esse tipo de crédito exceder 25% da carteira de créditos do banco a um mesmo país, durante um exercício fiscal. Os empréstimos setoriais são de grande valor, têm desembolso rápido e envolvem a implementação pelo país beneficiário de importantes mudanças de natureza macroeconômica. Eles são, além disso, o principal instrumento que o BIRD vem usando para assumir um papel mais ativo na administração da crise da dívida.

Ocorre que, pelos termos do acordo que o Brasil e os bancos credores anunciaram na semana atrasada, de cuja efetivação depende o encerramento formal da

moratória e a normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional, os empréstimos setoriais representarão cerca de 50%, se não mais, seja da carteira de novos empréstimos a serem aprovados no ano fiscal que começou na sexta-feira passada, seja do volume de desembolso que o BIRD terá de fazer no mesmo período.

## TRANSFERÊNCIA

Fascell, como vários de seus correligionários do Partido Democrata, sustenta que os empréstimos setoriais têm sido usados pelo Banco Mundial como uma forma de transferir dinheiro do contribuinte americano para os bancos credores. Não se trata de uma tese fácil de ser defendida. Mas, nesse particular, os congressistas americanos frequentemente nada ficam a dever a seus colegas da Assembleia Constituinte brasileira.

O Banco Mundial, como se sabe, não repassa aos países tomadores dinheiro do seu capital exigível, que é formado pelo dinheiro dos contribuintes de seus 151 países-membros, dos quais os EUA é o maior, mas sim recursos que capta no mercado, usando o crédito AAA que têm no mercado internacional de capitais. Ainda que dinheiro seja um bem "fungível", como se costuma dizer na área financeira, não há nenhuma evidência sólida de que os recursos em divisas emprestados pelo BIRD a um país devedor, sob a forma de créditos setoriais, tenham sido especialmente desti-

nados a repasses a bancos comerciais.

No caso específico do Brasil, seria até possível sustentar a tese oposta, lembrou a este jornal um funcionário do BIRD. "Em fevereiro de 1987, meses depois de o Banco Mundial ter aprovado dois empréstimos setoriais para o Brasil, de US\$ 500 milhões cada um, o governo declarou a moratória aos pagamentos de juros aos bancos. Agora, o Brasil retomou os pagamentos sem que o BIRD tivesse aprovado novos créditos setoriais", afirmou o funcionário.

## VINCULAÇÃO

A proposta de acordo entre o Brasil e os bancos, que está sendo agora vendida aos seiscentos credores do país, estabelece um claro vínculo entre os desembolsos de crédito setoriais que o Banco Mundial terá de fazer e as liberações das três parcelas do novo empréstimo de US\$ 5,2 bilhões incluído no pacote de renegociação. No total, o BIRD terá de autorizar US\$ 1 bilhão em novos empréstimos setoriais e liberar US\$ 950 milhões, até o dia 30 de junho do ano que vem. US\$ 750 milhões estão vinculados a uma operação de cofinanciamento com os bancos comerciais, prevista no acordo. A carteira de empréstimos do BIRD para o Brasil foi de US\$ 1,35 bilhão no ano passado e, num cenário otimista, vendido pela própria direção da instituição, poderá ficar acima de US\$ 2 bilhões neste ano fiscal. Mesmo nesse cenário, contudo, a emenda de Fascell teria de ser atida contra o Brasil.

Antes de receber o primeiro desembolso de US\$ 4 bilhões relativo a este crédito, por volta de outubro, o governo brasileiro terá de ter preenchido as condições para receber US\$ 100 milhões de um saldo de US\$ 200 milhões ainda não liberados no primeiro empréstimo setorial agrícola que o BIRD concedeu ao Brasil, há dois anos.

O segundo desembolso dos bancos, de US\$ 600 milhões, previsto para dezembro, está condicionado à liberação, pelo banco, dos restantes US\$ 100 milhões do empréstimo agrícola e da aprovação e entrega de metade do segundo empréstimo para o setor elétrico, de US\$ 500 milhões. Finalmente, o País terá de receber do BIRD a segunda parcela do empréstimo elétrico, bem como obter a aprovação e a liberação de 50% de um outro empréstimo setorial, antes de colocar no caixa os US\$ 600 milhões finais do novo crédito dos bancos, o que deverá ocorrer em algum momento ainda não determinado do primeiro semestre de 1989. O acordo com os bancos prevê também a aprovação de empréstimos não condicionados, a cada desembolso, bem como a liberação de cerca de US\$ 80 milhões em empréstimos tradicionais, que é a média que o BIRD efetivamente transfere ao País por mês, em termos brutos.

## DICOTOMIA

Uma abstenção ou voto negativo do representante americano não é suficiente para barrar a aprovação de um empréstimo pelo BIRD. Os EUA votaram

contra o empréstimo que o banco concedeu ao setor elétrico, em junho de 1986. Ainda assim, se a proposta do deputado da Flórida não for retirada ou derrubada, o diretor executivo americano do Banco Mundial estará diante da curiosa situação de ter de se abster ou votar contra o empréstimo para a reforma do setor financeiro ou o empréstimo que apoiará a reforma tarifária, um passo importante na implementação dos planos do governo de abrir as portas às importações.

O fechamento do mercado financeiro e, principalmente, do mercado brasileiro para empresas americanas tem sido uma das queixas constantes dos EUA em relação ao Brasil. O secretário do Tesouro, James Baker, que comandou o trabalho de obter o apoio do Congresso ao aumento de capital do Banco Mundial (que já foi efetivado sem a participação americana), manifestou sua forte oposição à proposta de Fascell.

O comunicado que anunciou o acordo entre o Brasil e os bancos mencionou o empréstimo para a reforma do setor comercial como o mais provável de ser usado na operação de cofinanciamento, junto com o segundo empréstimo para o setor elétrico. Fontes do BIRD disseram a este jornal, contudo, que as negociações do empréstimo para a reforma do setor financeiro estão mais adiantadas e que houve uma mudança de planos depois da divulgação da proposta de acordo de reescalonamento da dívida brasileira.